

PERCEPÇÃO DAS NORMAS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA PELOS AGRICULTORES FAMILIARES DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA

PERCEPTION OF THE SANITARY SURVEILLANCE REGULATIONS BY FAMILY FARMERS FROM JOAÇABA, HERVAL D'OESTE, AND LUZERNA, BRAZIL

Augusto Fischer

Doutor em Administração pela Universidade de São Paulo (USP). Professor e pesquisador no Mestrado Profissional em Administração, Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), Florianópolis (SC), Brasil

Data de recebimento: 17-08-2014

Data de aceite: 26-01-2016

Daniela Marini

Aluna de graduação e bolsista de iniciação científica do curso de Administração da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), Florianópolis (SC), Brasil

Cesar Augustus Winck

Doutor em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor e pesquisador no Mestrado Profissional em Administração, Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), Florianópolis (SC), Brasil

RESUMO

Este estudo objetivou identificar as percepções dos agricultores familiares quanto às normas sanitárias para produzir e comercializar seus produtos nos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, no meio oeste de Santa Catarina. Foram utilizadas as perspectivas da pesquisa quantitativa e qualitativa, a abordagem exploratória e descritiva e os procedimentos da pesquisa de campo e documental. Os dados primários foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com 135 agricultores familiares e complementados com observações. As entrevistas foram realizadas nos sindicatos de trabalhadores rurais locais e na feira de comercialização de produtos coloniais em Joaçaba. Apurou-se que os agricultores reconhecem a necessidade das normas sanitárias, mas as exigências são excessivas e caras, dificultando as adequações, particularmente para agricultores com pequena escala de produção e baixa renda. Identifica-se a necessidade de ações públicas de apoio para implementar as normas sanitárias no cotidiano de agricultores familiares.

Palavras-chave: Agricultura familiar; vigilância sanitária; normas sanitárias.

ABSTRACT

This study aimed to identify the perceptions of family farmers regarding sanitary regulations on the production and trade of their products in the municipalities of Joaçaba, Herval d'Oeste, and Luzerna, in the Midwest of Santa Catarina, Brazil. The perspectives of quantitative and qualitative research, exploratory and descriptive approach, and the procedures of field and documentary research were used. Primary data were collected through semi-structured interviews applied to 135 family farmers and supplemented with observations. The interviews were conducted in local rural workers unions and the trade fair of colonial goods in Joaçaba. We found that farmers recognize the need of sanitary rules; however, requirements are excessive and expensive, hindering adjustments, particularly for farmers with small-scale production and low income. We identified the need for public initiatives for implementing sanitary regulations in family farmers daily lives.

Keywords: Family farming; sanitary surveillance; sanitary regulations.

Endereço dos autores:

Augusto Fischer
augusto.fischer@unoesc.edu.br

Daniela Marini
daniela.marini@unoesc.edu.br

Cesar Augustus Winck
cesar.winck@unoesc.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Para enfrentar os problemas recorrentes de saúde relacionados com a produção, manipulação e consumo de alimentos, ações públicas que visem à segurança sanitária e alimentar na produção de alimentos têm se intensificado nos últimos anos. Problemas como intoxicações causadas por alimentos, medicamentos, produtos de utilização em higienização e limpeza, entre outros, levaram as autoridades públicas a promover ações e mecanismos para controlar os riscos resultantes da produção, comercialização e consumo de produtos e serviços relacionados aos alimentos, medicamentos e ambientes que possam impactar a saúde humana, animal e vegetal.

Para tal finalidade, vêm se instituindo organismos públicos relacionados à área da saúde, muitas vezes com poder de polícia, nas três esferas de governo. Assim, foram criados órgãos de vigilância sanitária, com vistas à regulação e ao controle de produtos e serviços relacionados à saúde pública, que objetivam promover um conjunto de ações para eliminar, reduzir e/ou prevenir riscos à saúde e intervir em problemas relacionados à produção e circulação de bens e de prestação de serviços de saúde.

As ações da vigilância sanitária para a segurança de alimentos e medicamentos são percebidas de forma controversa (LUCCHESI, 2001), sobretudo quando acompanhadas de poder de polícia. As ações fiscalizadoras (muitas vezes repressoras) contra atividades com potenciais lesivos à saúde impactam de forma constantemente constrangedora as classes sociais que as exercem. Muitas classes, como agricultores familiares em pequenas propriedades, não praticam suas atividades intencionalmente de forma equivocada, mas, além de adotarem formas produtivas baseadas nas tradições, estão relacionadas a diversas situações, que incluem deficiências de acesso à informação e dificuldades para obtenção de crédito para adequações de processos (REDIN, 2011;

DORIGON, 2008; NEUMANN et al., 2007; MIOR, 2003; WILKINSON; MIOR, 1999).

Os municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, localizados no meio oeste do estado de Santa Catarina, se caracterizam pela pequena propriedade rural familiar, cuja base produtiva está voltada basicamente para o sustento familiar, com pequenos excedentes comercializados nos supermercados ou em feiras de produtos agropecuários localizados nos contextos locais ou municipais. Os produtores rurais familiares enfrentam barreiras, principalmente pela fiscalização por órgãos da vigilância sanitária. Muitos agricultores já foram punidos pela vigilância sanitária por irregularidades na comercialização de seus produtos, causando-lhes embaraços, pois desconheciam as normas de regulamentação sanitária. Essa situação é paradoxal (TRICHES; SCHNEIDER, 2010), uma vez que o Estado promove esforços com vistas a aproximar os produtores rurais familiares e os consumidores em nível local.

Para compreender as percepções relacionadas à vigilância sanitária, este estudo objetiva levantar o nível de conhecimento e aceitação das normas da vigilância sanitária para processamento e comercialização de produtos agropecuários por parte dos agricultores familiares nos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna. O objetivo geral é identificar as percepções dos agricultores familiares quanto às normas sanitárias para a produção e comercialização de seus produtos. Especificamente, visa identificar as dificuldades para comercialização de produtos agropecuários nos mercados locais, os conhecimentos sobre as normas da vigilância sanitária, a disposição para adesão a essas normas e as necessidades de treinamento e apoio para adequação dos produtos às normas sanitárias. Para os propósitos deste estudo, considerou-se a comercialização dos produtos *in natura* e processados pelos agricultores familiares dos três municípios.

Utilizamos as abordagens metodológicas da pesquisa quantitativa e qualitativa, caracterizando-se pela pesquisa exploratória e descritiva. Foram utilizados os procedimentos da pesquisa de campo

e documental. Os dados primários foram coletados por entrevista semiestruturada, complementados com observações anotadas junto aos questionários. Para uma população de 1.450 propriedades rurais, utilizou-se a amostra de 135 entrevistados.

Além desta introdução, este artigo apresenta na segunda seção a revisão bibliográfica referente ao objeto de estudo, e na terceira seção, os procedimentos metodológicos. Na quarta seção, trata-se da apresentação dos dados, e na quinta e última seção, discorremos sobre as considerações finais, as limitações do estudo e indicamos possíveis temas para futuras incursões sobre o tema.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A agricultura familiar é uma forma de diversificação da produção, que se caracteriza pela mão-de-obra e pelo gerenciamento predominantemente por membros da família (TOMASETTO; LIMA; SHIKIDA, 2009). Este segmento socioeconômico representa no país, e em particular, no estado de Santa Catarina, importância incontestável para a produção de alimentos, respondendo por cerca de 30% da produção total da agricultura e pecuária e por aproximadamente 40% do valor bruto da produção agropecuária. Uma parcela significativa da produção dos alimentos da população nacional tem origem na agricultura familiar.

Ao estabelecer interfaces entre a informalidade, a agricultura familiar e suas pequenas agroindústrias, Dorigon (2010) enfatiza que a prática das atividades agroindustriais pela agricultura familiar é tão antiga quanto à própria agricultura familiar, destacando a importância dessa atividade para o desenvolvimento da valorização do espaço rural. A atenção necessária à valorização da agricultura familiar reside na necessidade de se incorporar tecnologias de produto, processo e marketing, técnicas de gestão e acesso ao crédito e à informação, para que consiga sobreviver às novas exigências de consumo. As agroindústrias familiares constituem

um segmento que não pode ter importância meramente marginal (DORIGON, et al., 2011).

Preocupações com a agricultura familiar se intensificaram nas últimas décadas por várias razões, sobretudo porque o setor enfrenta problemas estruturais e conjunturais. Apesar de sua importância, os produtores rurais não têm acesso às redes comerciais (TURPIN, 2009) devido a limitações de escala ou de adequações tecnológicas de suas produções às normas fiscais e sanitárias.

As exigências por parte da vigilância sanitária são incompatíveis com a capacidade de investimento das pequenas agroindústrias familiares, dada sua pequena escala de produção (WILKINSON; MIOR, 1999; DORIGON, 2004). Essa parcela de agricultores vem sofrendo a exclusão do mercado por causa das dificuldades para adequar suas instalações e seus processos às normas da vigilância sanitária, além de ter que atender às exigências de natureza fiscal.

Os problemas decorrentes de inadequações tecnológicas envolvendo processos, qualidade e acondicionamentos de produtos agropecuários *in natura* ou de produtos industrializados suscitam conflitos entre produtores rurais e órgãos de vigilância sanitária e de fiscalização tributária. Apesar dos esforços do Estado durante os últimos anos, com as políticas de apoio para a aproximação entre consumidores e produtores rurais em nível local, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa de Alimentação Escolar (PAE), as regulamentações contraditórias, incluindo exigências legais e sanitárias, estão longe de concretizar essas proposições (TRICHES; SCHNEIDER, 2010).

Nas subseções seguintes, discorremos brevemente sobre as agroindústrias familiares rurais, seu mercado informal e a vigilância sanitária como instituição reguladora das agroindústrias familiares.

2.1. Agroindústrias familiares

A agricultura familiar geralmente evolui de forma natural para uma agroindústria rural. Os

agricultores familiares processam produtos *in natura* para o autoconsumo e gradativamente passam a comercializar excedentes para aumentar suas rendas (DORIGON, 2008). A agroindústria familiar é uma forma de organização na qual a família produz, processa e/ou transforma parte de sua produção de forma artesanal, preservando o saber fazer herdado (MIOR, 2003), e visando, sobretudo, à produção de valor de troca realizada na comercialização (Idem, 2005). É uma das formas de diferenciação, sendo uma alternativa para incrementar a renda da família e um meio de utilização dos produtos excedentes (NEUMANN et al., 2007).

A produção de leite e derivados, carne suína, salame, linguiça, frango, ovos, frutas e derivados, vinhos, açúcar mascavo, rapadura, bolacha, biscoito, pães, macarrão, mel e hortaliças é típica da agricultura familiar, e no oeste catarinense, são atividades praticadas desde a colonização da região. Esses produtos são destinados geralmente ao consumo próprio, e algum excedente é destinado à comercialização, proporcionando renda complementar (FERRARI et al., 2005; CARVALHO; CARNEIRO; STOCK, 2006).

A agroindústria familiar rural é uma alternativa econômica para a permanência do agricultor no campo e para a construção de um novo modelo sustentável, redefinindo o espaço rural como um todo, não só constituído pela produção agrícola (NICHELE, 2010; COSTA; RIMKUS; REYDON, 2008). Entretanto, Guimarães (2001) alerta que a legislação brasileira, criada na metade do século passado, beneficia grandes empreendimentos, desprezando muitas pequenas agroindústrias. As exigências institucionais, além de muitas vezes serem financeiramente inviáveis ao produtor rural, também podem levar à descaracterização do atributo "colonial" fundamentado na forma artesanal de produção, que distingue os produtos da agricultura familiar (DORIGON, 2008). Esse atributo é defendido como o diferencial competitivo das pequenas agroindústrias (SANTOS JUNIOR et al., 2013).

Entretanto, na busca de adequação aos padrões e processos requeridos pelo ambiente institucional, esses produtos tendem à padronização, trazendo um grande desafio em manter as características diferenciadoras (WILKINSON, 2008). Além disso, a adequação a esses padrões abre espaço para que grandes agroindústrias se apropriem do atributo de diferenciação, incorporando ao seu escopo de clientes aqueles que têm essa preferência (RENARD, 2003; WILKINSON, 2003). Para essa situação, Dorigon (2008) expressa a preocupação com a descaracterização dos produtos coloniais.

A legislação é vista como um dos principais problemas enfrentados pelos produtores, pois tem como princípio norteador a grande escala de produção e o elevado tempo entre produção e consumo, associando a qualidade à presença de determinada estrutura física, desconsiderando o processo de produção como decisivo para a qualidade do produto final (SILVEIRA; ZIMMERMANN, 2004). A qualidade da indústria de alimentos está associada à sua estrutura e às suas ferramentas de garantia da qualidade, tomando por base a realidade e as escalas de médias e grandes empresas, a partir dos riscos envolvidos na produção e no transporte de alimentos em grandes volumes (CRUZ; SCHNEIDER, 2010). Por sua vez, a produção tradicional de alimentos, que utiliza métodos artesanais, opera em escalas consideravelmente menores, e sua comercialização ocorre localmente, apoiada nas relações de confiança entre produtores e consumidores.

As exigências legais são incompatíveis com a capacidade de investimento das agroindústrias familiares, dada sua pequena escala de produção (SILVEIRA; GUIMARÃES, 2007 apud REDIN, 2011). A adequação às normas sanitárias determinadas pelas instituições governamentais requer investimentos altos em maquinário e instalações, e isso traz dificuldade para agricultores menos capitalizados, que, por seu menor poder aquisitivo, não conseguem cumpri-las. Em razão disso, esses agricultores continuam na informalidade, não conseguindo

atingir a padronização legal (NEUMANN et al., 2007). Sem o aval legal, essa produção não se enquadra num conceito de qualidade estrito, que somente considera a dimensão sanitária (SPERS; ZYLBERSZTAJN; LAZZARINI, 2003), restando recorrer à validação social da qualidade, baseada na relação de confiabilidade entre produtor e consumidor. As dificuldades técnicas e financeiras para cumprir as normas sanitárias e fiscais estimulam o surgimento do mercado informal como alternativa para as agroindústrias familiares.

2.2. Mercado informal da agroindústria familiar

O setor informal se caracteriza por atividades cujos processos de produção não se enquadram nos padrões de regulação vigentes. Isso compreende as relações de trabalho, as instalações (sem alvará), ou então as normas técnicas de produção (inadequação ao regulamento industrial e sanitário) (DORIGON, 2008). A burocracia excessiva e a corrupção fazem uma parte significativa do setor informal burlar leis e regulamentações fiscais, trabalhistas ou sanitárias, ferindo o direito de cidadãos, trabalhadores e consumidores (WILKINSON; MIOR, 1999).

Dorigon (2008), ao analisar o mercado de produtos coloniais no oeste catarinense, ressalta que quase todas as agroindústrias familiares rurais iniciaram suas atividades informalmente, pelo simples fato de esses produtos serem (e ainda são) produzidos para o autoconsumo. Tais produtos passaram a ser levados ao mercado pelos agricultores por causa da baixa renda obtida de outras atividades e a exclusão de atividades tradicionais geradoras de renda, como a suinocultura. Na medida em que passam a ter um mercado maior para seus produtos, os agricultores aumentam a escala de produção, e somente depois de seu mercado construído, com demanda suficiente para viabilizar o empreendimento, técnica e economicamente, fazem os investimentos necessários para se formalizar. Mesmo para os agricultores

com suas iniciativas já formalizadas, a maioria deles não estaria nessa atividade caso não tivesse passado pelo mercado informal (DORIGON, 2008).

Para não serem excluídos do mercado, os agricultores precisam investir e transformar seus produtos, e, neste caso, observa-se um conjunto de consequências advindas do aumento de escala de produção para alcançar a capacidade de pagamento necessária: a incompatibilidade entre disponibilidade de matéria-prima e produção almejada; a concorrência da atividade agroindustrial com as demais atividades realizadas na unidade de produção familiar; capital e, eventualmente, terra; além da descaracterização do processo artesanal de produção ao adotar um padrão industrial (SILVEIRA; HEINZ, 2005).

Tais condições dificultam, se não impedem, a geração de rendas atrativas para os pequenos agricultores. A incapacidade de gerar renda nas propriedades é uma das principais causas para o êxodo rural, e particularmente uma das causas preponderantes para as questões da sucessão nas propriedades rurais. Apesar de se destacar entre os principais estados brasileiros produtores de alimentos, a agricultura familiar de Santa Catarina começa a enfrentar problemas sucessórios que não existiam até pouco tempo atrás (WINCK et al., 2013). Segundo os autores, os filhos de agricultores buscam fora do meio rural as oportunidades e condições de trabalho que atendam às suas aspirações pessoais, seja no campo profissional, econômico, cultural ou social. Na subseção seguinte, discorre-se especificamente sobre a vigilância sanitária e suas influências sobre a produção de alimentos, inclusive a produção artesanal dos alimentos presente na agricultura familiar.

2.3. Vigilância sanitária

No Brasil, sempre existiram ações de vigilância sanitária, mas pouco expressivas para a sociedade e mesmo para profissionais e gestores da saúde. Suas ações eram marcadas apenas pelas atuações

policiais e burocrático-cartoriais (COSTA, 2001). A denominação “vigilância sanitária” é atribuída no Brasil ao conjunto das ações de defesa e proteção da saúde coletiva (COSTA, 1998 apud SOUZA, 2007). Mas seu marco fundamental ocorreu no final da década de 1980 e início da década de 1990, principalmente com a promulgação da nova Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, a qual estabeleceu, entre outros, a saúde como direito de todos e dever do Estado. Na prática, as ações da vigilância sanitária se limitam às atividades de fiscalização, observação dos fatos, concessão de licenças, julgamento de procedimentos irregulares e sanções penais, funções derivadas de seu poder de polícia (EDUARDO; MIRANDA, 1998).

A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, define “vigilância sanitária”, em seu artigo 6º, parágrafo 1º, como “um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde”. Em 1999, foi definido o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e criada a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (BRASIL, 2006), como autarquia vinculada ao Ministério da Saúde, cuja finalidade, segundo a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, é “promover a proteção da saúde da população, por intermédio do controle sanitário da produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária”.

A legislação federal sobre agroindústrias efetivamente limitou a abrangência da comercialização do setor artesanal de produtos perecíveis do mercado nacional. Mobilizações bem-sucedidas em torno da legislação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e Serviço de Inspeção Estadual (SIE) permitem, em parte, contornar os critérios excludentes da regulação do Serviço de Inspeção Federal (SIF). Porém, na medida em que os produtos artesanais começam a ser conhecidos e procurados fora de suas regiões de produção, esbarram

nas exigências do SIF. O novo Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), aprovado em 2006, pretende oferecer condições para que os produtos artesanais entrem no mercado nacional (WILKINSON, 2008).

Lucchese (2001) aponta que o descompasso entre as condições de produção dos agricultores e as exigências sanitárias torna o serviço público da vigilância sanitária uma área crítica das relações entre Estado e sociedade. Suas ações fiscalizadoras, acentuadas com poder de polícia, expressam contradições sociais básicas que a submetem frequentemente a pressões de diversos setores, inclusive do próprio Estado.

Silveira e Heinz (2005) discorrem sobre as dificuldades e as condições que inviabilizam a produção artesanal de alimentos e enfatizam que essa forma de produção é, geralmente, alvo de políticas públicas, com o propósito de retirá-las da informalidade sob a alegação da preservação da segurança alimentar. Entretanto, há um impasse entre o caráter intrínseco do alimento artesanal e as tentativas de adequá-lo à legislação vigente para potencializar sua participação no mercado: programas de estímulo ao desenvolvimento das agroindústrias familiares propõem um conjunto de investimentos em instalações e equipamentos para obter o aval do poder público. Mas, além de extrapolarem a capacidade financeira dos pequenos agricultores, tais investimentos inviabilizam a produção artesanal, pois requerem escalas de produção superiores à demanda local.

A vigilância sanitária trabalha com conceito de qualidade estrito, limitado ao aspecto sanitário e legal. Porém, esse conceito é insuficiente, pois não aborda outros elementos fundamentais, como o aspecto ecológico, social, cultural, além da aparência do produto, compondo um conceito de qualidade ampla, implicando numa perspectiva de saúde global (Ibidem). Além da limitação conceitual, geralmente há pouca articulação entre os trabalhos da vigilância sanitária e seu contexto de

atuação, o que reforça a exclusão social (PIOVESAN et al., 2005; TURPIN, 2009).

Os agricultores familiares se inserem em contextos territoriais diversos, envolvendo dimensões culturais, sociais e econômicas singulares, em que realizam suas atividades para subsistência, cultivando alimentos de forma artesanal, visando a não mais que os mercados locais. Sob esse prisma, o conhecimento do território é fundamental para o trabalho do controle sanitário (TEIXEIRA, 2000 apud PIOVESAN et al., 2005). As autoridades de controle sanitário devem identificar e interpretar a organização e a dinâmica das populações do território-objeto e compreender como suas condições econômicas, sociais e culturais funcionam, além das relações dos atores sociais com seus espaços de vida e de trabalho.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para desenvolver esta pesquisa, utilizamos a abordagem quantitativa – para identificar as percepções e o nível de conhecimento sobre as normas da vigilância sanitária – e a qualitativa – para avaliar a natureza fenomenológica dessas percepções.

Quanto aos objetivos, caracteriza-se como pesquisa exploratória, pois busca maiores informações relacionadas ao objeto em estudo (GIL, 1999) para aprofundar conceitos preliminares, permitindo também levantar características inéditas e novas dimensões a respeito da população-alvo. Também se caracteriza como pesquisa descritiva, visto que busca descrever as percepções dos produtores rurais acerca das normas sanitárias e estabelecer relações entre elas (Ibidem).

Quanto aos procedimentos, caracteriza-se como pesquisa de campo e documental. Os dados primários foram coletados por entrevista semiestruturada, complementada com observações anotadas junto aos questionários.

A população é constituída por agricultores dos municípios de Herval d'Oeste, Joaçaba e Luzerna,

residentes nas propriedades rurais, sendo a amostra determinada por conveniência. Conforme informações dos sindicatos de trabalhadores rurais locais, esses municípios têm aproximadamente 1.450 propriedades rurais. O tamanho da amostra foi de 135 agricultores, e com essa amostragem, a pesquisa apresenta um nível de confiança de 95%, com erro amostral de 6,6%.

Os agricultores foram entrevistados nas dependências do sindicato dos trabalhadores rurais de Joaçaba e Luzerna e do sindicato dos trabalhadores rurais de Herval d'Oeste e também na feira de comercialização de produtos coloniais de Joaçaba. Os dados primários foram complementados com consultas a documentos relacionados ao objeto. Para o tratamento e a análise dos dados, utilizamos os softwares Sphinx Lexica e Excel.

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A importância da agricultura familiar reside na produção de alimentos básicos, principalmente alimentos *in natura*, destinados ao suprimento da população local. Para viabilizar a propriedade agrícola gerida pela família, desenvolvem-se diversas atividades produtivas, caracterizando a pluriatividade assim como a produção de alimentos processados artesanalmente.

Essas condições e características são observadas em Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna. Nos três municípios, desenvolve-se a agricultura familiar, cuja característica é a pequena propriedade rural que produz basicamente para o sustento familiar, além de pequenos excedentes comercializados nos supermercados ou em feiras de produtos agropecuários localizados nos municípios. Além disso, algumas unidades rurais também desenvolvem atividades pecuárias em parceria com as agroindústrias, com criação de aves e suínos destinados às indústrias de carne, além da produção de leite para as indústrias de laticínios.

A seguir, são apresentados e analisados os dados coletados, com a finalidade de identificar as percepções dos agricultores quanto às normas da vigilância sanitária e da administração municipal para processar e comercializar a produção agrícola.

4.1. Perfil dos agricultores

Para identificar o perfil dos agricultores-objeto deste estudo, analisamos sua faixa etária, escolaridade e familiares que moram e trabalham

na propriedade. Quanto à faixa etária, 60% possuem mais de 45 anos, e 40,7% destes possuem o 1º grau completo. Nas faixas etárias acima de 40 anos, encontram-se 85,2% dos participantes, dos quais 69,7% possuem até o primeiro grau completo, representando 58,5% da amostra. 30% dos entrevistados na faixa etária de até 39 anos possuem até o primeiro grau completo, mas isso representa apenas 4,4% dos entrevistados. Todos os entrevistados nas faixas etárias de até 34 anos, representando 3,7% dos entrevistados, têm o segundo grau completo.

Tabela 1 – Faixa etária e grau de escolaridade (%)

Grau de escolaridade	Até 29 anos	De 30 a 34 anos	De 35 a 39 anos	De 40 a 44 anos	Acima de 45 anos	Total
1º grau incompleto	-	-	0,7	0,7	1,5	3,0
1º grau completo	-	-	3,7	15,6	40,7	60,0
2º grau incompleto	-	-	3,0	5,2	8,2	16,3
2º grau completo	0,7	3,0	3,7	3,7	8,9	20,0
3º grau incompleto	-	-	-	-	-	-
3º grau completo	-	-	-	-	0,7	0,7
Total	0,7	3,0	11,1	25,2	60,0	100,0

Fonte: Elaboração dos autores.

Um dado preocupante é que menos de 4% dos agricultores têm até 35 anos, o que pode trazer sérios problemas em relação à sucessão familiar. De acordo com Winck et al. (2013), a agricultura familiar do Oeste de Santa Catarina começa a enfrentar problemas sucessórios que não existiam até algum tempo atrás. Enquanto no passado os filhos de agricultores apresentavam forte desejo em permanecer na agricultura, hoje a população com menos de 20 anos, sobretudo do sexo feminino, não tem atração por ela.

O perfil quanto à escolaridade (Tabela 1) caracteriza as atividades agrícolas sem agregação

de valor, que não asseguram rendas regulares. A instabilidade e a insuficiência de renda bem como a falta de outros atrativos, sobretudo de lazer e renda, levam a juventude a buscar suas aspirações nas cidades. Winck et al. (2013) ressaltam que os filhos de agricultores trocam o meio rural pela cidade, onde buscam oportunidades de trabalho que atendam suas aspirações pessoais profissionais.

Em relação aos familiares residentes na propriedade, predomina a faixa de três pessoas, correspondendo a 30,4% dos entrevistados, sendo que destes, mais da metade possui idade superior a 45 anos. Nas faixas em que residem quatro ou

mais familiares, a frequência por faixa etária encontra-se um pouco mais bem distribuída. Mesmo assim, 54,6% destes têm mais de 45 anos. Nas

residências em que moram até dois familiares, representando 20,7% dos proprietários, as pessoas com mais de 45 anos representam 82,2%.

Tabela 2 – Familiares residentes na propriedade, por faixa etária (%)

Faixa etária dos entrevistados	1	2	3	4	+ de 4	Total
Até 29 anos	-	-	-	-	0,7	0,7
De 30 a 34 anos	-	-	-	-	3,0	3,0
De 35 a 39 anos	0,7	1,4	2,3	5,2	1,5	11,1
De 40 a 44 anos	-	1,5	11,8	6,7	5,2	25,2
Acima de 45 anos	1,5	15,6	16,3	15,5	11,1	60,0
Total	2,2	18,5	30,4	27,4	21,5	100,0

Fonte: Elaboração dos autores.

Tabela 3 – Familiares residentes na propriedade que trabalham na mesma (%)

Trabalham na propriedade	Número de familiares residentes na propriedade					Total
	1	2	3	4	+ de 4	
1	1,5	0,7	-	-	-	2,2
2	3,0	15,6	-	-	-	18,5
3	5,2	11,9	13,3	-	-	30,4
4	1,5	17,0	3,7	5,2	-	27,4
+ de 4	0,7	5,2	4,4	10,4	0,7	21,5
Total	11,9	50,4	21,4	15,6	0,7	100,0

Fonte: Elaboração dos autores.

Contudo, nem todos os familiares residentes na propriedade se ocupam com as atividades agrícolas. A distribuição de residentes nas propriedades que efetivamente trabalham nas mesmas apresenta ordem inversa: enquanto as propriedades rurais com três ou mais residentes representam 79,3%, as propriedades com até três residentes que trabalham nela representam 83,7%.

Em mais da metade das propriedades, apenas 2 familiares trabalham nelas, sendo que dois terços dessas propriedades são de agricultores com mais de 45 anos. Por outro lado, nas propriedades com três ou mais familiares residentes (79,3%), somente em 37,8% delas trabalham três ou mais pessoas.

O número de familiares residentes que trabalham na propriedade, que se ocupam com as

atividades da mesma concentra-se em até três pessoas, e nas faixas etárias de 40 anos acima. A concentração possibilita inferir o envelhecimento da população rural, e redução da sucessão nas propriedades rurais familiares (WINCK, et al., 2013). Isso acontece porque “Os filhos(as) de agricultores buscam fora da agricultura e do meio rural oportunidades de trabalho que atendam suas aspirações pessoais, seja no campo profissional, econômico, cultural ou social” (Ibid., p.120). Em razão desse fenômeno, a população que reside e trabalha no meio rural está envelhecendo. O que suscita preocupações é que o fenômeno da migração da população rural jovem para a cidade é acentuado pela falta de oportunidades no campo que proporcionem condições estáveis de renda.

Tabela 4 – Faixa etária dos familiares residentes na propriedade que trabalham na mesma (%)

Faixa etária dos entrevistados	Familiares residentes que trabalham na propriedade					Total
	1	2	3	4	+ de 4	
De 25 a 29 anos	-	-	0,7	-	-	0,7
De 30 a 34 anos	-	0,7	1,5	0,7	-	2,9
De 35 a 39 anos	2,2	3,7	3,7	1,5	-	11,1
De 40 a 44 anos	0,7	12,6	6,7	5,2	-	25,2
Acima de 45 anos	8,9	33,3	8,9	8,2	0,7	60,0
Total	11,8	50,3	21,5	15,6	0,7	100,0

Fonte: Elaboração dos autores.

4.2. Produção e comercialização da produção agrícola

A agricultura familiar de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna produz leite e derivados, frutas, doces de frutas e geleias, sendo também os produtos mais comercializados. Também produz milho, feijão, e cria suínos e aves, inclusive em parceria com as agroindústrias processadoras.

Esses produtos e seu processamento na fabricação de derivados do leite, de frutas e de carne (suína e bovina) caracterizam a agricultura familiar da região, cuja tradição foi introduzida pelos primeiros povoadores da região. Tais alimentos, tanto *in natura* como processados, têm sua produção e comercialização sujeitas às normas sanitárias (SILVEIRA; HEINZ, 2005), o que se confirma pelas medidas adotadas por parte dos órgãos municipais de vigilância sanitária na região.

O leite e as frutas (e seus derivados) são os alimentos mais produzidos e comercializados pelos agricultores; a produção de frangos, ovos, carne suína e derivados vem em seguida. A produção de alimentos de massa, como bolachas, biscoitos, pães e macarrão está em quinto lugar em frequência de produção. Embora estejam na sexta posição de produção, as hortaliças ocupam a terceira posição em comercialização.

Os produtos agrícolas (Tabela 5) são típicos da agricultura familiar, particularmente no oeste catarinense (FERRARI et al., 2005; CARVALHO; CARNEIRO; STOCK, 2006). Esses produtos são destinados geralmente ao consumo próprio, e algum excedente é destinado à comercialização, sendo fonte de renda complementar. Particularmente, a produção do leite mostra-se como boa alternativa para a agricultura familiar, pois pode ser explorada em pequenas áreas.

Tabela 5 – Propriedade que produzem e comercializam alimentos

Produtos agrícolas	Produz	Comercializa
Leite, manteiga, nata, queijo	104	36
Carne suína, salame, linguiça	60	12
Frango, ovos	63	8
Frutas, doces de frutas, geleias	88	19
Sucos, vinhos	20	3
Açúcar mascavo, rapadura	4	2
Bolacha, biscoito, pães, macarrão	31	8
Mel	7	7
Hortaliças	23	16

Fonte: Elaboração dos autores.

Quanto às finalidades da produção dos alimentos, 76,3% dos agricultores produzem e comercializam o excedente ou produzem para a comercialização. Os demais 23,7% produzem apenas para o consumo próprio, cujos

motivos podem ser observados na Tabela 6. Estes agricultores, no entanto, comercializam informalmente pequenos excedentes e complementam suas rendas com outras fontes, como aposentadorias.

Tabela 6 – Motivos de não comercialização dos produtos

Motivos	Frequência	%
Não tem interesse	6	18,75%
Não tem quantidade	7	21,88%
Não tem autorização da prefeitura (fiscais)	21	65,62%
Muitas exigências da vigilância sanitária	29	90,63%

Fonte: Elaboração dos autores.

Tabela 7 – Motivos de não comercialização dos produtos ante às percepções sobre as normas da vigilância

Motivos	Muito caras	Muitas exigências	Desnecessárias	Necessárias p/saúde e segurança
Não tem interesse	4	6	1	1
Não tem quantidade	3	7	1	2
Não tem autorização da prefeitura (fiscais)	11	21	4	6
Muitas exigências da Vigilância	17	29	2	10

Fonte: Elaboração dos autores.

A maioria dos agricultores que não comercializam seus produtos aponta como principais motivos, os excessos das exigências impostas pela vigilância sanitária e o fato de não serem autorizados pela prefeitura. De forma geral, os motivos apontados são as dificuldades para obter a autorização para comercialização, a falta de incentivos e de recursos financeiros, o excesso de exigências e a falta de informações. Esses agricultores familiares geralmente possuem baixo poder aquisitivo, dificultando a adequação às normas de padronização determinadas pelas instituições governamentais (NEUMANN et al., 2007; DORIGON, 2008), e dependem de assistência técnica.

Para identificar o que levou os agricultores a não comercializarem suas produções, relacionaram-se

os motivos com as percepções quanto às normas da vigilância sanitária.

Das percepções sobre as normas da vigilância sanitária relacionadas aos motivos pelos quais os agricultores não comercializam seus produtos, o excesso e os custos das exigências, tanto do serviço da vigilância sanitária como da administração municipal, destacam-se como os principais motivos. Apesar das dificuldades tanto técnicas quanto financeiras para as adequações às normas sanitárias, a maioria dos agricultores acreditam que elas são necessárias para a saúde e a segurança alimentar.

Muitos agricultores, mesmo que entendam as razões e necessidades de normas de vigilância sanitária, desconhecem os fundamentos que as justifiquem e as condições técnicas para adotá-las.

Para evidenciar os conhecimentos quanto às normas sanitárias, verificamos, junto aos entrevistados que não comercializam suas produções, se participaram e/ou gostariam de participar de cursos sobre a vigilância e as normas sanitárias.

Tabela 8 – Motivos pela não comercialização dos produtos *versus* participação em cursos

Motivos	Participou de cursos		Gostaria de participar	
	Sim	Não	Sim	Não
Não tem interesse	-	6	6	-
Não tem quantidade	1	6	4	2
Não tem autorização da prefeitura (fiscais)	6	15	13	2
Muitas exigências da vigilância sanitária	7	22	17	5

Fonte: Elaboração dos autores.

A maioria dos agricultores que não comercializa seus produtos, não participou de nenhum curso relacionado à vigilância sanitária, e alguns agricultores também não gostariam de participar. Esses agricultores foram desestimulados pelas exigências apresentadas por parte de profissionais da vigilância sanitária, que foram feitas sem que fossem precedidas por orientações tecnicamente fundamentadas, motivando os agricultores a não comercializar seus produtos, excluindo-os do mercado pelo desconhecimento das normas e fundamentos da vigilância sanitária. Nesse sentido, ao comentar sobre os motivos pelos quais não comercializa sua produção, um agricultor afirmou que “[...] é bem complicado conseguir autorização para comercializar”. Outro respondeu que “São muitas exigências e poucas informações”.

Entre os agricultores que comercializam suas produções, 50,5% possuem vínculos contratuais pelo sistema de integração vertical (termo utilizado pelas agroindústrias) com as empresas agroindustriais Brasil Foods, Cooperativa Central Aurora (para as quais produzem suínos e aves) e contratos de parceria com a indústria de Laticínios Tirol (para

a qual produzem leite entregue *in natura*). Como esses agricultores recebem supervisão e assistência técnica das empresas integradoras, suas percepções relacionadas ao serviço de vigilância sanitária e às normas municipais para comercialização foram apuradas separadamente das percepções dos demais agricultores que comercializam suas produções. Os resultados evidenciam que os agricultores independentes enfrentaram mais dificuldades para comercializar seus produtos do que os agricultores integrados.

Tabela 9 – Dificuldades já enfrentadas para a comercialização

Dificuldades enfrentadas	Independentes	Integrados
Exigências de notas fiscais	4	6
Exigências da Vigilância Sanitária	28	21
Exigências da Prefeitura (fiscais)	42	19
Nenhuma	1	15

Fonte: Elaboração dos autores.

Quanto às dificuldades já enfrentadas para a comercialização, a maioria dos agricultores independentes apontam principalmente as exigências fiscais por parte da prefeitura e da vigilância sanitária. A vigilância sanitária é considerada um dos principais problemas a se enfrentar (SILVEIRA; ZIMERMANN, 2004), pois inviabiliza a produção (SILVEIRA; HEINZ, 2005). Para os agricultores integrados, as dificuldades, mesmo sendo menores, ainda foram expressivas.

A situação geral quanto às dificuldades já enfrentadas não melhorou muito até o momento, ao se identificar as dificuldades ainda presentes para a comercialização. Os agricultores independentes continuam enfrentando mais dificuldades que agricultores integrados. No entanto, as dificuldades apontadas pelos agricultores integrados também continuam.

Tabela 10 – Dificuldades para a comercialização ainda existentes

Dificuldades ainda existentes	Independentes	Integrados
Exigências de notas fiscais	2	1
Exigências da vigilância sanitária	11	-
Exigências da prefeitura (fiscais)	31	2
Falta de incentivos	34	16
Incerteza	4	18
Nenhuma	6	25

Fonte: Elaboração dos autores.

As principais dificuldades que os agricultores independentes ainda enfrentam, referem-se à falta de incentivos e às exigências fiscais por parte da prefeitura. As dificuldades com os serviços da vigilância sanitária persistem em proporção menor. Em relação aos agricultores integrados, apesar de quase metade não enfrentar dificuldades, muitos ainda as enfrentam, especialmente a incerteza e a falta de incentivos. Como não foi objeto para este estudo, não se apurou as razões das incertezas.

Nem todas as exigências da vigilância sanitária e/ou da prefeitura são atendidas pelos agricultores que comercializam sua produção. A maioria dos agricultores afirmam que mudaram suas instalações físicas (construção e maquinário) com vistas às exigências para tal, e somente a minoria se registrou no Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e/ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). Essa situação caracteriza em partes a opção para transações informais (DORIGON, 2008, WILKINSON; MIOR, 1999) (Tabela 11).

Para possibilitar a comercialização de seus produtos, os agricultores necessitam mudar e ajustar as formas de processamento dos alimentos. Entre os agricultores integrados, 88,7% tiveram que efetuar algumas mudanças; entre os independentes, 54,9% efetuarão mudanças para se habilitar à comercialização. As instalações físicas, inclusive construção civil e aquisição de máquinas

e equipamentos, foram as principais mudanças (Tabela 12).

Tabela 11 – Atendimento às exigências da vigilância sanitária e da prefeitura

Exigências	Independentes	Integrados
Instalação física (construção, maquinário etc.)	45	51
Nota de produtor rural	50	40
Registro na vigilância sanitária	2	11
Registro no SIM e/ou SIE	6	1
Alvará da prefeitura	-	1

Fonte: Elaboração dos autores.

Tabela 12 – Mudanças e ajustes efetuados para atendimento às normas

Descrição	Independentes	Integrados
Instalação física (construção, maquinário etc.)	15	42
Alvará da prefeitura	1	1
Alvará da vigilância sanitária	-	7
Registro SIM/SIE	4	3

Fonte: Elaboração dos autores.

Essas mudanças são feitas pelos agricultores para permanecer no mercado (SILVEIRA; HEINZ, 2005). Paradoxalmente, essas mudanças levam à sua exclusão por causa das limitações de capacidade de investimento, da impossibilidade física e mercadológica para atingir escalas de produção que viabilizem os investimentos, além da descaracterização do processo artesanal de produção por causa dos padrões impostos pelas normas sanitárias (SANTOS JUNIOR et al., 2013). Por sua vez, a exclusão é um dos estímulos para a escolha da informalidade (DORIGON, 2008; NEUMANN et al., 2007).

Quanto às alternativas de comercialização da produção agrícola familiar, o governo federal

criou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos do Governo (PAA). Porém, 71,9% dos agricultores familiares consultados que não comercializam sua produção afirmaram que não conhecem esses programas. Entre os agricultores que comercializam sua produção, aproximadamente 60% dos integrados e 47% dos independentes desconhecem esses programas. Portanto, em geral, quase dois terços dos agricultores desconhecem os dois programas. A vigilância sanitária não acompanha (sequer antecede) as orientações sanitárias e de segurança alimentar (LUCCHESI, 2001), reforçando a exclusão de pequenos agricultores.

4.3. A legislação sanitária

Todos os agricultores independentes que comercializam seus produtos conhecem as normas da vigilância sanitária; por sua vez, 3,8% dos

agricultores integrados não as conhecem. As percepções quanto às normas sanitárias pelos agricultores que comercializam sua produção são demonstradas na Tabela 13.

A maioria dos agricultores inseridos no mercado admitem que as normas sanitárias são necessárias para a saúde e segurança alimentar. Entretanto, consideram que as exigências são excessivas. Para os agricultores independentes, as normas sanitárias são muito caras, o que confere com a avaliação dos agricultores que não comercializam suas produções.

Tabela 13 – Percepção quanto às normas sanitárias

Percepção	Independentes	Integrados
Muito caras	38	1
Muitas exigências	42	24
Desnecessárias	10	-
Necessárias para saúde e segurança	31	49

Fonte: Elaboração dos autores.

Tabela 14 – Percepções dos agricultores independentes quanto às normas da vigilância

Local de comercialização	Percepções sobre as normas da vigilância			
	Muito caras	Muitas exigências	Desnecessárias	Necessárias p/saúde e segurança
Nas feiras	4	10	2	3
Nos mercados	1	7	-	6
Nas residências de clientes habituais	14	38	6	17
Em casa (na propriedade)	19	37	4	11

Fonte: Elaboração dos autores.

Tabela 15 – Percepções dos agricultores integrados quanto às normas da vigilância

Local de comercialização	Percepções sobre as normas da vigilância			
	Muito caras	Muitas Exigências	Desnecessárias	Necessárias p/saúde e segurança
Tirol	-	11	-	19
BRF	1	7	-	19
Aurora	-	6	-	12

Fonte: Elaboração dos autores.

Os resultados evidenciam a necessidade de ações institucionais de apoio em treinamentos, financiamentos e assistência técnica, para que as normas da vigilância sanitária possam ser aplicadas de forma eficiente e possibilitem a inserção dos agricultores no mercado de seus produtos. As políticas públicas voltadas para a agricultura familiar ainda dependem de ajustes para atender às suas condições e especificidades (COSTA; RIMKUS; REYDON, 2008; GUIMARÃES; SILVEIRA, 2010).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As preocupações com a agricultura familiar se intensificaram durante as últimas décadas. Além da importância da produção de alimentos básicos e condições para reduzir o êxodo rural, a agricultura familiar deve assegurar a preservação ambiental, melhorar a segurança alimentar, preservar as características paisagistas territoriais, proteger o capital cultural, entre outras vantagens (NICHELE, 2010; COSTA; RIMKUS; REYDON, 2008). A partir da década de 1990, o Governo Federal instituiu políticas de apoio aos agricultores familiares, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), do PAA e do PNAE.

Entretanto, conflitos entre políticas públicas ainda persistem. Quando se refere à comercialização, os agricultores familiares encontram dificuldades para a regularização sanitária, fiscal e ambiental, que é complexa e onerosa, sobretudo para agricultores com pequenas escalas de produção (WILKINSON; MIOR, 1999; GUIMARÃES, 2001; LUCCHESI, 2001; MIOR, 2003; DORIGON, 2004; TRICHES; SCHNEIDER, 2010). Além das dificuldades inerentes à comercialização, com as políticas de crédito rural instituídas a partir de 1965, as linhas disponíveis são predominantemente utilizadas por médias e grandes propriedades patronais, pois são estruturadas sem considerar a diversidade regional, e o governo preocupava-se com a produção

de bens destinados à exportação (COSTA; RIMKUS; REYDON, 2008).

As percepções dos agricultores familiares sobre as normas de vigilância sanitária e sobre as exigências da administração municipal para a comercialização dos produtos agropecuários indicam incompatibilidades entre as políticas públicas de estímulo à agricultura familiar e as políticas de segurança sanitária. Para os agricultores familiares, a imposição de exigências sanitárias e fiscais com a aplicação de sanções – muitas vezes severas – por inobservância de normas se torna uma barreira que os excluem do mercado, levando-os ao empobrecimento e consequente abandono da agricultura, além da possível migração para as cidades pelos mais jovens.

Na região deste estudo, observa-se que, quanto às finalidades da produção, mais de três quartos dos agricultores familiares produzem e comercializam o excedente ou produzem para comercialização. Os demais agricultores produzem apenas para consumo próprio e apontam o excesso dos custos e exigências (de natureza sanitária e fiscal) como os principais motivos de não comercializarem suas produções.

Para possibilitar a comercialização de seus produtos, os agricultores estão sujeitos a mudanças e ajustes da produção dos alimentos. Porém, nem todas as exigências da vigilância sanitária e/ou da área fazendária e fiscal são atendidas pelos agricultores que comercializam sua produção. Essa é, portanto, uma lacuna para a entrada da informalidade (DORIGON, 2008). As adequações de instalações e ajustes se efetivam em proporções distintas entre produtores rurais integrados às agroindústrias e agricultores independentes.

Geralmente, os produtores integrados possuem maiores condições econômicas e capacitação técnica que os demais, habilitando-os à integração. Quase todos os agricultores integrados tiveram que adequar suas instalações, pois se submetem às condições e normas impostas pelas agroindústrias para efetivarem as parcerias.

Entre os agricultores independentes que comercializam seus produtos, pouco mais da metade mudou suas instalações e processos dos alimentos para se habilitarem às licenças. Suas principais dificuldades foram os ajustes às exigências da prefeitura e da vigilância sanitária. Por sua vez, os agricultores integrados tiveram dificuldades menores, mas mesmo assim apontaram as exigências da vigilância sanitária como grandes dificuldades.

Os agricultores admitem que as normas sanitárias são necessárias para a saúde e segurança alimentar. No entanto, consideram que as exigências são excessivas e muito caras, dificultando (ou mesmo impedindo) aqueles com menor poder aquisitivo ou com produção em pequenas escalas a se adequar às normas impostas, sendo assim excluídos do mercado. Também consideram que as exigências fiscais por parte da administração municipal dificultam as condições de comercialização dos seus produtos.

Os agricultores que não comercializam seus produtos não conhecem as normas e os fundamentos da vigilância sanitária. Alguns foram, de alguma forma, desestimulados a buscar informações por meio de cursos relacionados às normas sanitárias, pois sofreram inibições pelas exigências sanitárias, impostas sem prévio conhecimento ou fundamentações que as justificassem, o que leva os agricultores a repudiá-las. Além dessa condição, evidenciamos a falta de conhecimento sobre as políticas de estímulo à agricultura familiar, como o PNAE e o PAA: aproximadamente dois terços dos agricultores consultados desconhecem os dois programas.

A importância das normas de sanidade é reconhecida pelos agricultores familiares, mas sugerimos estudos para suas aplicações, considerando-se outras dimensões além da sanidade alimentar. De forma geral, para que as normas da vigilância sanitária possam ser efetivamente aplicadas sem comprometer as possibilidades de acesso dos agricultores ao mercado de seus produtos, são necessárias ações institucionais de apoio, como treinamentos, financiamentos, assistência técnica e um programa de extensão rural. Para que as normas sanitárias sejam efetivas, tais ações devem ser estruturadas em consonância com as características sociais, culturais e econômicas de cada região ou município.

Os resultados deste estudo se limitam à agricultura familiar nos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna. Esses resultados não podem ser generalizados ou inferidos a outros contextos cujas características econômicas, sociais e culturais são distintas. A perspectiva para a permanência nas atividades agropecuárias dos agricultores familiares dos três municípios é um estudo que poderá complementar as análises deste trabalho. Sugerimos ainda estudos para identificar as percepções sobre as normas de vigilância sanitária por outros grupos sociais e econômicos, como empresários do comércio ou consumidores urbanos. Também podem ser desenvolvidos estudos para avaliar o nível de conhecimento e aceitação dos programas de estímulo e incentivos para os agricultores familiares.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 25 maio 2016.

_____. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento

dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Casa Civil*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>. Acesso em: 25 maio 2016.

_____. Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999. Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências. *Casa Civil*. Disponível em: < [Gestão & Regionalidade - Vol. 32 - Nº 95 - maio-ago/2016](http://www.</p></div><div data-bbox=)

REFERÊNCIAS

planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9782.htm>. Acesso em: 25 maio 2016.

_____. *Resolução/FNDE/CD/ nº 32, de 10 de agosto de 2006*. Normas para execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000032&seq_ato=000&vlr_ano=2006&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC>. Acesso em: ago. 2013.

CARVALHO, G. R.; CARNEIRO, A. V.; STOCK, L. A. O Brasil no cenário mundial de lácteos. In: *Comunicado técnico 51 EMBRAPA*. 1. ed. Juiz de Fora: out. 2006. Disponível em: <<http://www.cnppl.embrapa.br/nova/publicacoes/comunicado/COT51.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2013.

COSTA, J. P.; RIMKUS, L. M.; REYDON, B. P. Agricultura familiar: tentativas e estratégias para assegurar um mercado e uma renda. In: XLVI CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. *Anais da SOBER*. Brasília: SOBER, 2008.

COSTA, E. A. *Políticas de vigilância sanitária: balanço e perspectivas*. Brasília: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2001.

CRUZ, F. T.; SCHNEIDER, S. Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 5, n. 2, p. 17, 2010. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/ojs2/index.php/rbagroecologia/article/view/9822/pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

DORIGON, C. Agroindústrias familiares rurais e desenvolvimento regional: o caso do oeste catarinense. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL EMPREENDEDORISMO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL. *Anais...* Rio de Janeiro. 2 a 4 ago. 2004.

_____. *Mercado de produtos coloniais da região oeste de Santa Catarina: em construção*. 2008. 437 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Programas de Pós-Graduação em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

_____. O mercado informal dos produtos coloniais da região oeste de Santa Catarina. In: V ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO CONSUMO E I ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE ESTUDOS DO CONSUMO. *Anais...* Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://estudosdoconsumo.com.br/enec/v-enec/grupos-trabalho/trabalhos-do-gt-05-consumo-alimentar-ideologias-e-movimentos/>>. Acesso em: 4 mar. 2013.

DORIGON, C. et al. *As agroindústrias rurais da agricultura familiar de Santa Catarina*. Florianópolis: Estudos Socioeconômicos; CEPAGRI, 2011. Disponível em: <<http://cepa.epagri.sc.gov.br/>>. Acesso em: 4 mar. 2012.

EDUARDO, M. B. P.; MIRANDA, I. C. S. *Vigilância sanitária*. 1. ed. São Paulo: Petrópolis, 1998. 465 p.

FERRARI, D. L. et al. Inserção econômica na produção de leite em Santa Catarina. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 35, n. 1, jan. 2005. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/tec2-0105b.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2013.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.

GUIMARÃES, G. M. *A legislação industrial e sanitária dos produtos de origem animal: o caso das agroindústrias de pequeno porte*. 2001, 146f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, 2001.

GUIMARÃES, G. M.; SILVEIRA, P. R. C. *Por trás da falsa homogeneidade do termo agroindústria familiar rural:*

REFERÊNCIAS

- indefinição conceitual das políticas públicas. Instituto Interamericano de Cooperação para a agricultura (IICA), 2010. Disponível em <<http://sucuri.cpd.ufsm.br/noticias/files/arq/26545.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2013.
- LUCCHESI, G. *Globalização e regulação sanitária: os rumos da vigilância sanitária no Brasil*. 2001. 329 p. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, 2001.
- MIOR, L. C. *Agricultores familiares, agroindústrias e território: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no oeste catarinense*. 2003. 316 p. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.
- _____. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó: Argos, 2005. 338 p.
- NEUMANN, P. S. et al. A agroindústria familiar de vinho na região da quarta colônia do Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 7., 2007, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: Agricultura Familiar, Políticas Públicas e Inclusão Social, 2007.
- NICHELE, F. S. *A agroindústria familiar rural e a qualidade da produção artesanal na região metropolitana de Porto Alegre: o enfoque da teoria das convenções*. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.
- PIOVESAN, M. F. et al. Vigilância sanitária: uma proposta de análise dos contextos locais. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 8, n. 1, mar. 2005, p. 83-95.
- REDIN, E. Agroindústrias familiares, participação e conflitos sócio-ambientais: uma incursão prática. *Revista Século XXI*, v. 1, n. 1, p. 140-159, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/seculoxxi/article/view/3142>>. Acesso em: 10 jun. 2013.
- RENARD, M. C. Fair trade: quality, Market and conventions. *Journal of Rural Studies*, Hoboken, n. 19, 2003, p. 87-96.
- SANTOS JUNIOR, S. et al. O futuro dos produtos coloniais: a influência da idade na preferência do consumidor. In: *51º Congresso da Sober: novas fronteiras da agropecuária no Brasil e na Amazônia: desafios da sustentabilidade*. Belém, 2013.
- SILVEIRA, P. R. C.; HEINZ, C. Controle de qualidade normativo e qualidade ampla: princípios para reestruturação e qualificação da produção artesanal de alimentos. In: SEMINÁRIO SOBRE AGROINDÚSTRIA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL. *Anais...* São Luiz Gonzaga: UERGS, 2005.
- SILVEIRA, P. R. C.; ZIMERMANN, S. A Qualidade em circuitos regionais de produção de alimentos numa perspectiva de segurança alimentar. In: FROELICH, M.; DIESEL, V. *Espaço rural e desenvolvimento regional*. Ijuí: UNIJUÍ, 2004. Relatório de Pesquisa.
- SOUZA, G. S. *Trabalho em vigilância sanitária: o controle sanitário da produção de medicamentos no Brasil*. 2007. 216 p. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, 2007.
- SPERS, E. E.; ZYLBERSZTAJN, D.; LAZZARINI, S. G. Percepção do consumidor sobre os mecanismos de qualidade e segurança em alimentos. *RAU – Revista de Administração da Unimep*, v. 1, n.1, p. 57-80, 2003.
- TOMASETTO, M. C. Z.; LIMA, J. F.; SHIKIDA, P. F. A. Desenvolvimento local e agricultura familiar: o caso da

REFERÊNCIAS

produção de açúcar mascavo em Capanema – Paraná. *Revista Interações*, v. 10, n. 1, p. 21-30, jan./jun. 2009.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. *Saúde e Sociedade*, v. 19, n. 4, p. 933-945, 2010.

TURPIN, M. H. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 16, n. 2, p. 20-42, 2009.

WILKINSON, J. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema alimentar na América

Latina. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 62-87, 2003.

_____. *Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

WILKINSON, J.; MIOR, L. C. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 13, 1999, p. 29-45.

WINCK, C. A.; et al. Processo sucessório em propriedades rurais na região Oeste de Santa Catarina. *Revista da Universidade Vale do Rio Verde*, v. 11, p. 115-127, 2013.